

Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho 28 DE ABRIL: MEMÓRIA, LUTA E RESISTÊNCIA



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), nesse dia em que é ecoado mundialmente **o luto e a luta em Memória das Vítimas de Acidente de Trabalho**, lembra que o Brasil chega ao 28 de abril de 2025 com um grave sinal de alerta: o que deveria ser um momento de homenagem às vítimas de acidentes e de doenças laborais, torna-se também um grito de denúncia contra a escalada da precarização, da degradação dos ambientes de trabalho e da corrosão dos direitos fundamentais da classe trabalhadora.

Nesse momento, convivemos com decisões judiciais de alto impacto na vida de quem depende do trabalho para viver, como a proferida pelo ministro Gilmar Mendes no âmbito do STF, dando sinais claros de que **a luta pela vida, se depender da justiça, esta será, literalmente, a "justiça do capital"**. Ao suspender todas as ações em tramitação na Justiça do Trabalho que questionam contratos de trabalhadores autônomos ou por meio de pejetização, estimula a degradação e a precarização das condições e direitos laborais, o que representa mais uma decisão a favorecer aos interesses de desregulamentação do trabalho em detrimento da proteção à vida e à saúde dos trabalhadores. Soma-se a isso a perspectiva de

mais um ano de adaptação empresarial para efetivamente aplicar e cumprir o item 1.5 da nova Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1). Praticamente um pacto protetor, sob a tutela do MTE, impeditivo à emergência da prevenção dos riscos psicossociais – justo num cenário em que os adoecimentos mentais, a ansiedade, a depressão e os suicídios relacionados ao trabalho atingem níveis alarmantes, lado a lado com as chocantes estatísticas de acidentes e mortes no exercício laboral.

Essa combinação de fatores escancara um projeto perverso de intensificação do sofrimento, da penosidade, da insegurança e da perda de dignidade no trabalho. **A omissão e a desproteção matam.** E não há homenagem real às vítimas se não houver compromisso sério com a reversão desse quadro.

Por isso, neste 28 de abril, reafirmamos: não basta lembrar; é preciso lutar.

Defendemos que o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho, a regulamentação de medidas preventivas e mitigadoras da penosidade e a aplicação imediata do item 1.5 na NR-1, **são medidas urgentes e civilizatórias, em movimento**, que se impõem como barreiras concretas contra a exploração extrema, o adoecimento e a morte laboral. Trabalhar menos dias consecutivos, ter mais tempo de recuperação física e mental e preservar o convívio social e familiar, alinham-se com a extinção da penosidade e do sofrimento mental no trabalho, portanto, são condições mínimas para a proteção da vida e da saúde de quem trabalha.

A verdadeira homenagem às vítimas é a transformação estrutural das relações de trabalho, defendida e protegida nos termos dos princípios fundamentais de nossa Constituição Federal, em favor da dignidade humana, da justiça social e da preservação da vida.

28 de abril: memória, luta e resistência.

*Confederação Nacional dos
Trabalhadores na Indústria*



Brasília-DF, 28 de abril de 2025

Após Marcha, Lula receberá Centrais, dia 29/4, em Brasília

Plenária/Caminhada

Centrais Sindicais unidas em defesa dos direitos da Classe Trabalhadora

BRASÍLIA 29 ABRIL

8h	Concentração Estacionamento do Teatro Nacional / Praça da Cidadania (próximo a Rodoviária)
9h	Plenária da Classe Trabalhadora
10h30	Caminhada da Classe Trabalhadora



CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST, Publica e Intersindical Instrumento de Luta realizam Plenária e Marcha da Classe Trabalhadora no dia 29/4, próxima terça-feira, em Brasília. Ao final da Plenária e da Marcha, o presidente Lula receberá as Centrais Sindicais, que entregarão a Pauta da Classe Trabalhadora.

A concentração para a Marcha será às 8h, no estacionamento do Teatro Nacional/Praça da Cidadania, próximo à rodoviária.

Às 9h, será realizada a Plenária. Às 10h30, a saída da Marcha rumo ao Congresso Nacional, onde a Pauta também será entregue à Câmara dos Deputados e ao Senado.

Principais itens da pauta, horário e local da entrega do documento ao presidente Lula serão informados em breve.

AGENDA – Plenária e Marcha da Classe Trabalhadora

Data: 29 de abril, terça-feira

Horário: 8h - início da concentração

9h – Plenária – Estacionamento do Teatro

Nacional/Praça da Cidadania (próximo à rodoviária)

10h30 – Saída da Marcha

Fonte: Rádio Peão Brasil

Governo começa pagamento de 13º salário para aposentados do INSS



Antecipação do 13º salário para aposentados do INSS será feita de forma escalonada. Adriana Toffetti/Ato Press/Folhapress

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou na quinta-feira (24) o pagamento da primeira parcela do décimo terceiro salário para cerca de 34,2 milhões de aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios. O pagamento, realizado de forma escalonada de acordo com o dígito final do Número de Inscrição Social (NIS), vai até 8 de maio.

Com a previsão de injetar R\$ 73,3 bilhões na economia, a antecipação do décimo terceiro será paga em duas parcelas. A segunda será depositada de 26 de maio a 6 de junho.

As datas de pagamento são definidas considerando o último dígito do NIS e a renda do beneficiário. Aqueles que recebem até um salário mínimo começam a receber antes dos que recebem valores superiores. A consulta à data de pagamento pode ser realizada pelo aplicativo Meu INSS, disponível para celulares e tablets, ou pelo site gov.br/meuinss. Para quem não tem acesso a internet, a consulta também pode ser feita pelo telefone 135, informando o CPF e confirmando alguns dados pessoais.

O atendimento telefônico está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h. Para quem recebe acima de um salário mínimo, o calendário de pagamento é o seguinte:

- **NIS final 1 e 6:** primeira parcela em 2 de maio e a segunda em 2 de junho;
- **NIS final 2 e 7:** recebem em 5 de maio e 3 de junho;
- **NIS final 3 e 8:** recebem em 6 de maio e 4 de junho;
- **NIS final 4 e 9:** recebem em 7 de maio e 5 de junho;
- **NIS final 5 e 0:** recebem em 8 de maio e 6 de junho.

O decreto que autoriza a antecipação do décimo terceiro salário do INSS foi assinado no início do mês pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Este é o sexto ano consecutivo em que o pagamento é antecipado. Em 2020 e 2021, a antecipação foi por

Brasília-DF, 28 de abril de 2025

causa da pandemia de covid-19. Em 2022 e 2023, as parcelas foram pagas em maio e junho; em 2024, em abril e maio.

De acordo com dados do INSS de fevereiro, 28,68 milhões de pessoas, cerca de 70,5% do total de segurados, recebem até um salário mínimo (R\$ 1.518), enquanto 11,98 milhões recebem acima desse valor. Desse total, 10,6 mil recebem o teto da Previdência Social, de R\$ 8.157,41. A maioria dos aposentados e pensionistas receberá 50% do décimo terceiro na primeira parcela, exceto aqueles que começaram a receber o benefício após janeiro, cujo valor será calculado proporcionalmente.

De acordo com o Ministério da Previdência, os beneficiários de auxílio-doença também recebem uma parcela menor, calculada conforme a duração do benefício. Por lei, os beneficiários de programas assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a Renda Mensal Vitalícia, não têm direito ao décimo terceiro salário.

Fonte: Congresso em Foco

Hugo Motta pretende criar grupo de trabalho sobre reforma administrativa

Foto: Mario Agra/Agência Câmara



Câmara dos Deputados se prepara a instalação de um novo Grupo de Trabalho (GT) para discutir a Reforma Administrativa. Iniciativa é liderada pelo presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos/PB), e visa substituir a PEC 32/2020 por uma nova proposta com abordagem distinta e maior viabilidade política.

O deputado Zé Trovão (PL/SC), que está à frente das articulações e é cotado para coordenar os trabalhos, deve se reunir com Hugo Motta para apresentar os nomes indicados pelos líderes partidários que integrarão o grupo. A expectativa é que a conversa ocorra na próxima semana ou na semana seguinte ao feriado de 1º de maio. A intenção é instalar o GT logo após esse encontro.

Nomes de parlamentares que deverão ser apresentados por Zé Trovão: Arthur Maia (União

Brasil/BA), relator da reforma administrativa na comissão especial que aprovou a PEC 32/2020, do governo Bolsonaro; André Figueiredo (PDT/CE); Pedro Campos (PSB/PE); Gilberto Abramo (Republicanos/MG); Doutor Luizinho (PP/RJ); Adriana Ventura (Novo/SP); e Túlio Gadêlha (Rede/PE).

Apesar de o Executivo não ter se pronunciado oficialmente sobre o GT e o governo Lula já ter declarado que não apoia mudança na Constituição, o deputado Zé Trovão tem dialogado com o Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), sob o comando da ministra Esther Dweck.

Resistência dos servidores

Além do governo federal, o debate sobre a reforma administrativa enfrenta resistência das entidades que representam os servidores públicos. Desde 2020, ano que foi apresentada a PEC 32, diversos movimentos da categoria foram realizados no Congresso Nacional e nos estados contra o avanço da proposta.

Este é um dos pontos que foram observados para a escolha dos parlamentares que vão compor o GT, privilegiando nomes que transitem bem com as entidades representativas dos servidores e com o governo.

A expectativa, tanto de Hugo Motta quanto de Zé Trovão, é que a pauta avance no Congresso ainda neste ano.

Fonte: Diap

Conselho do FAT aprova contas do Fundo de Amparo ao Trabalhador em 2024

Fundo de Amparo ao Trabalhador registrou arrecadação de R\$ 113,1 bilhões e priorizou ações de qualificação profissional e intermediação de mão de obra para grupos vulneráveis.



Alexandre Silva / MTE

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovou, no dia 23 de abril, a

Brasília-DF, 28 de abril de 2025

prestação de contas do Fundo referente ao exercício de 2024. O FAT financia programas essenciais de proteção ao trabalhador, como o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial, além de investir em políticas públicas de qualificação profissional e intermediação de mão de obra.

Em 2024, o FAT arrecadou R\$ 113,1 bilhões, provenientes da contribuição PIS/PASEP (R\$ 85,4 bilhões), da remuneração dos recursos financeiros aplicados (R\$ 26,4 bilhões) e de outras fontes (R\$ 1,3 bilhão). As despesas correntes do Fundo foram aplicadas principalmente no pagamento dos benefícios do seguro-desemprego (R\$ 53,4 bilhões) e do abono salarial (R\$ 28,1 bilhões), além de outras despesas totais de R\$ 450 milhões. As despesas de capital, no montante de R\$ 28,2 bilhões, foram destinadas aos repasses ao BNDES, conforme o FAT Constitucional, para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

Em 2024, o Fundo registrou receitas orçamentárias de R\$ 113,1 bilhões e despesas empenhadas de R\$ 110,2 bilhões, gerando um resultado nominal de R\$ 2,9 bilhões, valor ligeiramente superior ao registrado em 2023, que foi de R\$ 2,8 bilhões.

Benefícios - Segundo o relatório apresentado, em 2024, as receitas do Fundo cresceram 15,0%, enquanto as despesas aumentaram 15,4%.

Destaca-se que, no mesmo ano, o FAT também destinou recursos para ações de qualificação profissional (R\$ 178 milhões) e intermediação de mão de obra (R\$ 37,6 milhões), com foco na reestruturação do Sistema Sine. A política priorizou grupos com maiores dificuldades de inserção ou permanência no mercado de trabalho, como jovens, mulheres, negros, idosos, povos e comunidades tradicionais, LGBTQIAPN+, trabalhadores resgatados do trabalho escravo, beneficiários do seguro-desemprego e inscritos no CadÚnico.

Durante a reunião, os conselheiros aprovaram uma alteração nas normas do Sine, incluindo imigrantes, apátridas e refugiados como novos grupos prioritários no Programa Manuel Querino de Qualificação Profissional, executado pelo Sistema Sine em todo o país.

Fonte: MTE